

# **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**Porto Sudeste do Brasil S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

# Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

## 1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. - (“Porto Sudeste” ou “Companhia”), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

## 2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

## 3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

### Visão Geral sobre os Títulos Perpétuos de Remuneração Variável

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Lux 2 S.A.R.L. (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o ticker MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“PORT11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos PORT11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

## Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

- (i) *Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”)*: um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos PORT11 - sendo que cada Título PORT11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) *Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”)*: uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos PORT11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, o Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem a Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos PORT11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Através da conclusão da Oferta de Permuta, a Porto Sudeste possui obrigação de pagamento aos veículos acima e à MMX, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Há 983.407.010 Títulos PORT11 emitidos, sendo 98,61% detidos pelo PSR, 0,43% detidos pela Porto V.M. e 0,96% detidos pela MMX.

Para mais informações, a escritura de emissão dos Títulos PORT11 está disponível no website da Porto Sudeste do Brasil.

### Cálculo dos Royalties

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

Em que:

R = *royalties* devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator Proporcional

## Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelage realizada Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas – Embarcadas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9	27,8
TMOG	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7,1</b>	<b>9,5</b>	<b>10,7</b>	<b>16,4</b>	<b>18,7</b>	<b>17,8</b>	<b>17,5</b>	<b>26,1</b>	<b>21,9</b>	<b>27,8</b>

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

No 4º trimestre de 2025, o Porto Sudeste embarcou 7.311 mil toneladas de minério de ferro (TMMF) e zero toneladas de outras cargas (TMOG), que multiplicado pelo valor atualizado por tonelada de US\$ 6,55 (VpTMF e VpTDC) resultou em *royalties* de US\$ 47.887 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$ 263.495 mil no período. O acumulado de *Royalties* até esse ano é de US\$ 1.644.254 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$9.047.346 mil. O montante de R\$ 67.687 equivalente a US\$ 12.490 mil foi pago até este trimestre. Com o alcance dos indicadores financeiros que permitem reduzir o fator de utilização do caixa disponível para servir a dívida sênior de 100% para 50% (*cash sweep*), e a disponibilidade do caixa gerado no trimestre

## Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

será possível distribuir “royalties” aos detentores do PORT11 no montante de US\$ 3.365 mil que convertido em Reais totalizou R\$ 18.516 mil a ser realizado em até 60 dias após o fechamento do trimestre, conforme a Escritura de títulos.

A Porto Sudeste V.M., subsidiária integral da Porto Sudeste, tem US\$ 7.057 mil de royalties acumulados a receber, que convertidos para Reais totalizou R\$ 38.834 mil referente a quantidade de Títulos PORT11 que detém (proporção de 0,43% do total).

PORT11 sobre volumes embarcados / ToP	Saldo Inicial	1° Tri 2025	2° Tri 2025	3° Tri 2025	4° Tri 2025	Balanco YTD	Saldo Final
Volume (TMMF)	257.521.311	6.172.236	6.679.569	7.619.691	7.311.047	27.782.543	285.303.854
Volume (TMOC)	106.060	-	-	-	-	-	106.060
Price per Ton (\$)	5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	5.00
PPI Accrued	0.72	1.55	1.55	1.55	1.55	1.55	0.80
Preço ajustado por TON (\$)	5.72	6.55	6.55	6.55	6.55	6.55	5.80
<b>Saldo Acumulado (USD '000)</b>	<b>1.474.769</b>	<b>40.428</b>	<b>43.751</b>	<b>49.909</b>	<b>47.887</b>	<b>181.975</b>	<b>1.656.744</b>
PORT11 Pagamentos (USD '000)	-	-	(1.856)	(3.380)	(7.254)	(12.490)	(12.490)
<b>PORT11 Saldo a Pagar (USD '000)</b>	<b>1.474.769</b>	<b>40.428</b>	<b>41.895</b>	<b>46.529</b>	<b>40.633</b>	<b>169.485</b>	<b>1.644.254</b>

Porto Sudeste VM	Saldo Inicial	1° Tri 2025	2° Tri 2025	3° Tri 2025	4° Tri 2025	Balanco YTD	Saldo Final
PORT11 detidos em proporção a todos os PORT11	0.43%	0.43%	0.43%	0.43%	0.43%	0.43%	0.43%
<b>Saldo Acumulado (USD '000)</b>	<b>6.336</b>	<b>172</b>	<b>186</b>	<b>213</b>	<b>204</b>	<b>775</b>	<b>7.111</b>
Pago aos detentores PSVM11 (USD '000)	-	-	(8)	(15)	(31)	(54)	(54)
<b>Saldo a Pagar (USD '000)</b>	<b>6.336</b>	<b>172</b>	<b>178</b>	<b>198</b>	<b>173</b>	<b>721</b>	<b>7.057</b>

### Pagamento dos Royalties

O pagamento de *Royalties* em cada trimestre será realizado em até 60 dias a contar do fim de cada trimestre civil e está condicionado à existência de caixa disponível para pagamento dos *Royalties*, apurado após o desconto de tributos aplicáveis, custo caixa das operações, despesas operacionais, despesas de capital para manutenção, valores oriundos da reversão de determinadas provisões de caixa, bem como respeitada a preferência de determinados credores da Porto Sudeste, tudo nos termos da cláusula 5.2 da escritura de emissão dos Títulos PORT11 (“Caixa Disponível para Royalties”).

Os *Royalties* serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o Caixa Disponível para *Royalties* apurado pela Porto Sudeste não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos *Royalties* até então determinados, tais *royalties* não pagos deverão ser adicionados ao montante dos *Royalties* do próximo trimestre. Os *Royalties* apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado Caixa Disponível para *Royalties* suficiente para tanto.

## Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então corrente *Royalties* o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até o último dia de tal trimestre civil (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Porto Sudeste realizou os cálculos financeiros e identificou que houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos PORT11.

Caixa Disponível para Pagamento de Royalty BRL '000	1º Trimestre 2025	2º Trimestre 2025	3º Trimestre 2025	4º Trimestre 2025
Recebimentos	415.646	388.027	381.608	328.376
Despesas	(253.477)	(228.148)	(238.422)	(238.923)
Serviço da Dívida	(102.292)	(110.467)	(87.723)	(81.987)
Serviço da Dívida: <i>Cash Sweep</i>	(35.024)	(18.709)	(27.883)	(18.633)
Constituição/(Resgate) de Conta Reserva da Dívida (*)	(14.194)	(12.256)	11.001	29.683
<b>Caixa Disponível para Royalties</b>	<b>10.659</b>	<b>18.447</b>	<b>38.581</b>	<b>18.516</b>

(\*) Montante constituído como garantia aos credores seniores e bloqueado para movimentação. Até o final desse trimestre totalizaram R\$101.633 líquido de impostos. Estes montantes são investidos em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Até o final desse trimestre totalizaram R\$20.915 de remuneração.

O eventual saldo de caixa existente na Porto Sudeste (visão Controladora) refere-se ao saldo de aportes dos acionistas e a saldos que devem ser mantidos em contas para atender alguma obrigatoriedade operacional, como a conta de garantia para compra de energia e Pis/Cofins depositados em juízo. Neste trimestre, não houve saldo de Caixa Disponível para pagamentos de *Royalties*.

### Contabilização do PORT11

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos PORT11 no passivo, com base no valor presente do fluxo de caixa projetado do pagamento dos *Royalties*. Ou seja, o valor apresentado no balanço patrimonial é diferente do montante de *royalties* acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos PORT11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no passivo.

## Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

A mensuração desses títulos PORT11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,57% ao ano. Essas projeções baseiam-se no plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, expectativas de preços da commodity, movimentação de outros granéis sólidos, operações de transbordo a contrabordo de petróleo, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$3.715.390 mil, que convertidos para reais totalizou R\$20.443.560 mil (US\$3.633.849 mil em 31 de dezembro de 2024, que convertidos para Reais totalizou R\$22.501.889 mil). Destes totais, os valores correspondentes aos títulos PSVM11 são representados na data base de 31 de dezembro de 2025 em US\$15.825 mil, que convertidos para reais totalizou R\$87.075 mil (US\$15.478 mil em 31 de dezembro de 2024, que convertidos para reais totalizou R\$95.842 mil).

### Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$14.778 mil em 31 de dezembro de 2025 (comparado a R\$16.703 mil em 31 de dezembro de 2024), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

Itaguaí, 31 de março de 2026.

A Administração.

# Porto Sudeste do Brasil S.A.

## Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras condensadas individuais e consolidadas....	11



Shape the future  
with confidence

Centro Empresarial PB 370  
Praia de Botafogo, 370  
8º ao 10º andar - Botafogo  
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3263-7000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da  
**Porto Sudeste do Brasil S.A.**  
Itaguaí/RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase – Recuperabilidade de saldo de contas a receber com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que a realização do saldo a receber da Mineração Morro do Ipê (“MMI”) está condicionado ao desempenho operacional futuro, da capacidade de geração de fluxos de caixa e da execução do plano de negócios da MMI. Esse plano prevê aporte de recursos pelos acionistas controladores, necessários para viabilizar os investimentos operacionais para conclusão da fase de *ramp-up* do projeto Tico-Tico. Conforme mencionado na referida nota, ambas as entidades possuem os mesmos acionistas controladores, que têm demonstrado compromisso com a



**Shape the future  
with confidence**

continuidade operacional e com a execução do plano de negócios aprovado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'F. Magalhães', written over the printed name and registration number.

Fernando Alberto S. Magalhães  
Contador CRC SP-133169/O

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>19.540</b>	949	<b>225.355</b>	58.642
Contas a receber de clientes	5	<b>78.882</b>	20.156	<b>78.882</b>	20.156
Contas a receber com partes relacionadas	17	-	-	<b>385.563</b>	751.366
Estoques	6	<b>110.438</b>	106.920	<b>163.858</b>	359.901
Impostos a recuperar	8	<b>87.829</b>	18.195	<b>91.262</b>	20.729
Adiantamentos com partes relacionadas	17	-	-	<b>149.281</b>	136.519
Adiantamentos	9	<b>37.216</b>	3.292	<b>37.216</b>	3.292
Outros		-	-	-	3.150
Total do ativo circulante		<b>333.905</b>	149.512	<b>1.131.417</b>	1.353.755
<b>Não circulante</b>					
Depósitos vinculados	7	<b>110.322</b>	123.514	<b>110.322</b>	123.514
Contas a receber com partes relacionadas	17	<b>864.401</b>	541.419	<b>864.401</b>	541.419
Impostos a recuperar	8	-	-	<b>3.054</b>	571
Investimentos	10	<b>50.348</b>	55.693	-	-
Imobilizado	11	<b>6.864.872</b>	7.957.035	<b>6.911.429</b>	8.009.439
Intangível	12	<b>11.539.361</b>	13.174.683	<b>11.539.361</b>	13.174.683
Depósitos judiciais	20	<b>118.308</b>	96.317	<b>119.081</b>	96.948
Total do ativo não circulante		<b>19.547.612</b>	21.948.661	<b>19.547.648</b>	21.946.574
Total do ativo		<b>19.881.517</b>	22.098.173	<b>20.679.065</b>	23.300.329

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	13	<b>95.868</b>	77.872	<b>201.041</b>	343.340
Empréstimos e financiamentos	14	<b>61.798</b>	88.962	<b>1.047.611</b>	1.206.468
Impostos a recolher	16	<b>17.496</b>	23.779	<b>21.063</b>	27.516
Partes relacionadas	17	<b>129.106</b>	50.256	<b>15.026</b>	11.238
Adiantamentos de clientes		<b>272</b>	75	<b>275</b>	96
Títulos de remuneração variável	15	<b>18.516</b>	-	<b>18.516</b>	-
Encargos trabalhistas		<b>33.471</b>	11.802	<b>33.471</b>	11.802
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>356.527</b>	252.746	<b>1.337.003</b>	1.600.460
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	13	<b>41.053</b>	-	<b>41.053</b>	-
Empréstimos e financiamentos	14	<b>6.515.954</b>	7.133.048	<b>6.515.954</b>	7.133.048
Impostos a recolher	16	<b>13.377</b>	-	<b>13.377</b>	-
Títulos de remuneração variável	15	<b>20.410.266</b>	22.485.186	<b>20.410.266</b>	22.485.186
Provisão Passivo a descoberto	10	<b>182.928</b>	145.599	-	-
Provisão para contingências	19	<b>8.801</b>	10.566	<b>8.801</b>	10.607
Outras contas a pagar		<b>373</b>	-	<b>373</b>	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>27.172.752</b>	29.774.399	<b>26.989.824</b>	29.628.841
<b>Patrimônio Líquido negativo</b>					
Capital social	21	<b>3.148.590</b>	3.148.590	<b>3.148.590</b>	3.148.590
Ajustes acumulados de conversão		<b>(922.797)</b>	(1.715.371)	<b>(922.797)</b>	(1.715.371)
Prejuízos acumulados		<b>(9.873.555)</b>	(9.362.191)	<b>(9.873.555)</b>	(9.362.191)
<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>		<b>(7.647.762)</b>	(7.928.972)	<b>(7.647.762)</b>	(7.928.972)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>19.881.517</b>	22.098.173	<b>20.679.065</b>	23.300.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita, líquida de venda de bens e serviços	22	<b>1.519.254</b>	975.585	<b>6.783.063</b>	5.753.766
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	<b>(953.297)</b>	(679.096)	<b>(6.396.985)</b>	(5.434.136)
Receita líquida		<b>565.957</b>	296.489	<b>386.078</b>	319.630
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	24	<b>(106.118)</b>	(71.052)	<b>(107.665)</b>	(74.049)
Resultado de equivalência patrimonial	10	<b>(31.055)</b>	(18.924)	-	-
Outras receitas operacionais	15	<b>1.856.477</b>	2.001.940	<b>2.091.983</b>	2.001.774
		<b>1.719.304</b>	1.911.964	<b>1.984.318</b>	1.927.725
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		<b>2.285.261</b>	2.208.453	<b>2.370.396</b>	2.247.355
Resultado financeiro	25				
Receitas financeiras		<b>170.137</b>	373.308	<b>534.317</b>	480.261
Despesas financeiras		<b>(2.966.762)</b>	(2.524.523)	<b>(3.414.576)</b>	(2.670.378)
		<b>(2.796.625)</b>	(2.151.215)	<b>(2.880.259)</b>	(2.190.117)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<b>(511.364)</b>	57.238	<b>(509.863)</b>	57.238
Imposto de renda e contribuição social	18	-	-	<b>(1.501)</b>	-
Lucro (prejuízo) do exercício		<b>(511.364)</b>	57.238	<b>(511.364)</b>	57.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	<b>(511.364)</b>	57.238	<b>(511.364)</b>	57.238
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	<b>792.574</b>	(1.793.076)	<b>792.574</b>	(1.793.076)
Total dos resultados abrangentes	<b>281.210</b>	(1.735.838)	<b>281.210</b>	(1.735.838)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Ajuste acumulado de conversão</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.148.590	77.705	(9.419.429)	(6.193.134)
Ajustes acumulados de conversão	-	(1.793.076)	-	(1.793.076)
Lucro do exercício	-	-	57.238	57.238
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.148.590	(1.715.371)	(9.362.191)	(7.928.972)
Ajustes acumulados de conversão	-	<b>792.574</b>	-	<b>792.574</b>
Prejuízo do exercício	-	-	<b>(511.364)</b>	<b>(511.364)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<b>3.148.590</b>	<b>(922.797)</b>	<b>(9.873.555)</b>	<b>(7.647.762)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda	<b>(511.364)</b>	57.238	<b>(509.863)</b>	57.238
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	<b>502.960</b>	325.343	<b>502.970</b>	325.349
Baixa do Imobilizado	<b>17.694</b>	15.302	<b>17.690</b>	15.474
Custo de transação	<b>8.340</b>	7.152	<b>8.340</b>	7.152
Provisão e perda de estoque	-	-	<b>16.677</b>	9.386
IPTU / Seguro	<b>26.644</b>	21.405	<b>26.851</b>	21.610
Resultado de equivalência patrimonial	<b>31.055</b>	18.924	-	-
Atualização depósito vinculado	<b>(19.539)</b>	(6.620)	<b>(19.539)</b>	(6.620)
Atualização depósito judicial	<b>(6.982)</b>	(7.366)	<b>(7.128)</b>	(7.366)
Atualização dos royalties	<b>468.424</b>	(234.526)	<b>468.424</b>	(234.526)
Juros parte relacionada	<b>(95.457)</b>	(48.971)	<b>(86.149)</b>	(35.768)
Juros sobre empréstimos	<b>445.812</b>	595.334	<b>548.188</b>	661.113
Ajuste de preço	-	-	-	86.018
Variação monetária	<b>101.468</b>	(251.631)	<b>91.650</b>	(281.684)
Outras provisões	<b>16.628</b>	(15.624)	<b>16.364</b>	(234.454)
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>				
Contas a receber	<b>(58.847)</b>	9.775	<b>(55.697)</b>	9.775
Contas a receber - parte relacionada	<b>(328.798)</b>	78.667	<b>34.268</b>	(226.031)
Adiantamentos diversos	<b>(60.578)</b>	(9.486)	<b>(29.725)</b>	(9.690)
Pagamento royalty	<b>(67.686)</b>	-	<b>(67.686)</b>	-
Adiantamentos - parte relacionada	-	-	-	(113.935)
Estoques	<b>(17.898)</b>	(15.387)	<b>(60.294)</b>	(82.270)
Depósito vinculado	<b>17.001</b>	(103.283)	<b>17.001</b>	(103.283)
Depósitos judiciais	<b>(15.009)</b>	(14.504)	<b>(15.005)</b>	(14.487)
Impostos a recuperar	<b>(69.256)</b>	5.596	<b>(72.637)</b>	7.336
Adiantamentos de cliente	<b>199</b>	(488)	<b>181</b>	(2.592)
Fornecedores	<b>84.921</b>	50.281	<b>185.433</b>	41.618
Impostos a recolher	<b>7.093</b>	(47.640)	<b>5.423</b>	(50.692)
Contas a pagar - partes relacionadas	<b>181.096</b>	66.352	<b>(64.921)</b>	(35.564)
Juros pagos	<b>(211.302)</b>	(234.640)	<b>(297.108)</b>	(291.902)
Encargos trabalhistas	<b>3.398</b>	-	<b>3.399</b>	-
Outros ativos	<b>(2.632)</b>	106	<b>(2.635)</b>	276
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<b>447.385</b>	261.309	<b>654.472</b>	(488.519)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado	<b>(142.884)</b>	(73.128)	<b>(142.884)</b>	(73.130)
Adiantamento para futuro aumento de capital	<b>(1.100)</b>	(400)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(143.984)</b>	(73.528)	<b>(142.884)</b>	(73.130)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Empréstimos captados	-	-	<b>3.690.892</b>	3.258.547
Depósito vinculado	<b>15.597</b>	-	<b>15.597</b>	-
Fiança bancária	<b>(21.956)</b>	(30.339)	<b>(21.956)</b>	(30.339)
Empréstimos liquidados- pagamento de principal	<b>(278.573)</b>	(160.923)	<b>(4.007.422)</b>	(2.775.218)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamentos	<b>(284.932)</b>	(191.262)	<b>(322.889)</b>	452.990
<b>Diferença cambial líquida</b>				
Variação cambial	<b>122</b>	(1.361)	<b>(21.986)</b>	(15.415)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<b>18.591</b>	(4.842)	<b>166.713</b>	(124.074)
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	<b>949</b>	5.791	<b>58.642</b>	182.716
No fim do exercício	<b>19.540</b>	949	<b>225.355</b>	58.642
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<b>18.591</b>	(4.842)	<b>166.713</b>	(124.074)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste” ou “Companhia”) foi constituída em 7 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste (“Terminal” ou o “Porto Sudeste”). A Companhia está sediada na Rua Félix Lopes Coelho, 222, Ilha da Madeira, Itaguaí, Rio de Janeiro.

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. (“Pedreira”), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. (“TCS”), Porto Sudeste VM S.A. (“Porto V.M.”) e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e EAV Lux 2 S.A.R.L (“Mubadala”), por meio de investidas no Brasil, são titulares, em conjunto, de 99,35% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações.

Os controladores Trafigura e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador.

#### Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R\$205.586, será coberto com a geração de caixa gerado nos próximos trimestres de 2026, prejuízo no exercício de R\$511.364 (impactado pela atualização dos títulos PORT11, conforme Nota 15) e prejuízos acumulados consolidados de R\$9.873.555, e dessa forma, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 é negativo em R\$7.647.762. A Companhia encerrou o exercício com uma posição consolidada de caixa de R\$225.355.

A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e desde então vem crescendo seu volume de movimentação anual e expandindo seus serviços para outros graneis. Conseqüentemente, a geração de caixa operacional vem atingindo patamares cada vez mais robustos e superiores as necessidades dos serviços da dívida. O excesso de caixa gerado em 2025, após o serviço da dívida obrigatório, foi majoritariamente destinado para a composição da conta reserva relacionada as dívidas sêniores do BNDES e Bradesco, conforme Nota 7.

No 4º trimestre de 2025, a Companhia embarcou aproximadamente 7,3 milhões de toneladas de minério de ferro. A Companhia também movimentou outras cargas nesse trimestre, através do desembarque de 74 mil toneladas de carvão e 6 operações de transbordo de petróleo entre navios atracados (*ship-to-ship*), quantidades ainda pouco representativas quando comparadas ao minério de ferro. No acumulado do ano, totalizou-se aproximadamente 27,8 milhões de toneladas de minério de ferro, 280 mil de toneladas de outros graneis sólidos e 26 operações de transbordo de petróleo.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

A performance operacional do Porto Sudeste permitiu geração de excesso de caixa no quarto trimestre de 2025, o qual foi utilizado para os pagamentos mandatórios de principal e juros das dívidas seniores e pagamento de *cash sweep*, com saldo disponível remanescente a ser distribuído aos detentores dos títulos PORT11 em até 60 dias após o fim do trimestre.

O prejuízo contábil foi impactado, principalmente, pelo efeito dos Títulos PORT11 contabilizados no passivo (Nota 15), portanto, uma melhor expectativa de seu pagamento gera um aumento no seu valor presente.

### Licenças

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50 milhões de toneladas por ano, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ. Em 2014, após conclusão da primeira fase das obras de implantação do terminal e a obtenção da respectiva autorização ambiental para operação, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) a autorização da Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se desde então, plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar até 2064, renovável mediante a solicitação da ANTAQ, seguindo os procedimentos padrão aplicáveis a terminais privados. Além da liberação da agência reguladora, a operação até 2064 encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso *offshore*, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50 milhões de toneladas por ano), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015 e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o TLO número 11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas.

Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de licenciamento para movimentação de granéis líquidos. Em 2022, a Companhia realizou suas primeiras operações de transbordo de petróleo na modalidade atracado, atendendo empresas que exploram petróleo no pré-sal.

Em continuidade ao processo de diversificação das operações, no dia 27 de dezembro de 2022, conforme publicado em Diário Oficial, a companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, o Termo de Licença de Instalação (TLI), que permite a construção e implantação para expansão da capacidade do terminal marítimo, de 50 milhões de toneladas adicionais por ano de granéis líquidos, totalizando 100 milhões de toneladas.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

#### a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 31 de março de 2026, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

#### c) Moeda funcional

Com o início das operações em 1º de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares norte-americanos. Desta forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar norte-americano. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão".

### d) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
Controladas diretas						
Pedreira	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Logística
Porto VM	100%	100%	100%	100%	Brasil	Detentora de parte dos títulos de royalties
Porto Sudeste Exportação	100%	100%	100%	100%	Brasil	Compra e venda de minério

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- (ii) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das controladas.
- (iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as Companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.
- (iv) Os saldos das transações com as controladas são eliminados e as participações que cabem aos demais quotistas são destacadas no balanço patrimonial e resultado.
- (v) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

#### 3.1. Instrumentos financeiros

##### a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contém um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado, conforme aplicável.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

## **Porto Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### **3.3. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

### **3.4. Investimentos**

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Desta forma, esses investimentos são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada ou coligada. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante no resultado.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3.5. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade operada para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

### 3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.7. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### 3.8. Tributação

#### Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%.
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

#### Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição

## **Porto Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Todas as subsidiárias da Porto Sudeste são tributadas no regime do lucro real.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação

## **Porto Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos. A Administração avaliou os potenciais impactos da Reforma Tributária do Consumo e concluiu que não há efeitos relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, permanecendo eventuais impactos restritos a avaliações futuras de estimativas e premissas.

### **3.9. Provisões (incluindo contingências)**

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, com base em uma estimativa confiável do valor. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3.10. Receita de contrato com cliente

A IFRS 15, equivalente à norma CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

#### i) Venda de produtos

A Companhia entende que o reconhecimento da receita ocorrerá quando o controle do produto é transferido para o cliente, geralmente na entrega da mercadoria.

A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado externo ocorre no momento do carregamento das embarcações para transporte.

O Grupo inicialmente reconhece sua receita pelo valor provisório apurado na data do embarque. Até o fechamento dos embarques que poderá ocorrer em até 180 dias a Companhia realiza provisões com base na média "SGX" (Singapore Exchange) mensal, ou seja, com base na curva de preço futuro do minério de ferro. O faturamento final é realizado com base no "Platts" apurando as penalidades cabíveis.

#### ii) Prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. A principal atividade da Companhia consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações.

A Companhia inicialmente reconhece sua receita pelo valor provisório apurado na data do embarque. Até o fechamento dos embarques que poderá ocorrer em até 180 dias a Companhia realiza provisões com base na curva de preço futuro do minério de ferro. O faturamento final é realizado com base no "Platts".

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3.11. Julgamentos, estimativas e pressupostos contábeis significativos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: mensuração dos títulos de remuneração variável, reconhecimento e análise de recuperabilidade de créditos fiscais, vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

### 3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

### 3.13. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são contratações de serviços portuários e foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Os Serviços prestados estão em atrasos e serão liquidados a partir de 2028, mediante a disponibilidade de caixa. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

### 3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

i) IAS 21 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. As alterações vigoram para períodos de demonstrações

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

i) IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)). O IFRS 18 estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais específicos, e exige que as receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. Além disso, a norma demanda a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras.

Houve também alterações no IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)), que mudaram o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, além de remover a opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida, mas não no Brasil. A aplicação será retrospectiva, e a Companhia está avaliando os impactos nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

### iii) Alteração IFRS 9 - Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais

Em maio de 2024, o IASB emitiu emendas à IFRS 9 relacionadas a ativos financeiros, estabelecendo que as entidades devem divulgar informações quantitativas, como uma faixa de possíveis alterações nos fluxos de caixa contratuais. Isso significa que as entidades precisam fornecer tanto informações qualitativas quanto quantitativas sobre os termos contratuais que possam impactar o valor desses fluxos de caixa. Por exemplo, devem ser divulgadas as possíveis variações nas taxas de juros contratuais decorrentes de eventos contingentes associados a metas de ESG (ambiental, social e governança). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando e espera que não tenha impacto material nas demonstrações financeiras.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários	19.539	918	20.637	1.703
Numerários em trânsito	-	-	94.591	-
Equivalentes de caixa	1	31	110.127	56.939
	<b>19.540</b>	949	<b>225.355</b>	58.642

A Companhia investe em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) diretamente de instituições financeiras de primeira linha às quais mantem relacionamento e realiza Operações Compromissadas com lastro em títulos privados, emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI (“CDI”), sem carência e com liquidez imediata.

Os investimentos do caixa são realizados em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados de 50% e 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), respectivamente.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviço portuário	<b>78.882</b>	20.156	<b>78.882</b>	20.156
	<b>78.882</b>	20.156	<b>78.882</b>	20.156

Os montantes em aberto em 31 de dezembro de 2025 foram substancialmente recebidos até o mês de fevereiro de 2026. A administração não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

### 6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Brita	-	-	<b>1.435</b>	1.799
Minério de ferro	-	-	<b>51.985</b>	251.182
Almoxarifado	<b>110.438</b>	106.920	<b>110.438</b>	106.920
	<b>110.438</b>	106.920	<b>163.858</b>	359.901

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a avaliação de seu estoque comparando-o ao preço de mercado e não identificou necessidade de registro de quaisquer provisões para perdas em estoque de minério de ferro, seja por motivos de obsolescência ou por redução ao valor recuperável. Contudo, foi reconhecido o montante de R\$ 16.677 referente a perdas por umidade e perdas operacionais.

### 7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trustee ACC Itaú BBA (a)	-	15.012	-	15.012
Contas reservas BNDES e Bradesco (b)	<b>110.322</b>	108.502	<b>110.322</b>	108.502
	<b>110.322</b>	123.514	<b>110.322</b>	123.514

(a) Bloqueios temporários de parte das aplicações financeiras (*Trustee Account*), referentes à compra de terrenos. O montante será realizado mediante obtenção das escrituras definitivas dos terrenos. Estes depósitos estão investidos em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados entre 96% e 100,54% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em dezembro de 2025, os acordos foram formalizados com a contraparte, resultando no consequente desbloqueio e na liquidação dos saldos envolvidos.

(b) Durante 2024 e 2025, a Companhia realizou depósitos para composição total das Contas Reserva dos contratos de financiamento vigentes junto ao BNDES e Bradesco – Repasse BNDES, totalizando o saldo de R\$110.322 em 31 de dezembro de 2025, o que corresponde a 100% da obrigação prevista para ser cumprida ao longo da vigência destes contratos de financiamentos (2 vezes o valor do serviço da dívida trimestral).

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ antecipado (a)	41.691	-	44.747	572
PIS e COFINS (b)	36.946	12.104	36.946	12.151
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	2.059	164	5.462	2.650
Impostos retidos	7.133	5.927	7.161	5.927
	<b>87.829</b>	<b>18.195</b>	<b>94.316</b>	<b>21.300</b>
Circulante	87.829	18.195	91.262	20.729
Não circulante	-	-	3.054	571

(a) Saldo de IRPJ e CSLL verificado ao final do ano calendário, após contrapor IRPJ e a CSLL antecipados com IRPJ e CSLL apurado ao final do ano calendário. Será solicitado a restituição dos valores, após a entrega da ECF de 2026.

(b) Créditos de PIS e de COFINS decorrente da prestação de serviços portuários.

(c) O saldo referente ao crédito de imposto de renda retido na fonte (IRRF) é decorrente do imposto incidente sobre os resgates de aplicações financeiras.

### 9. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despachos aduaneiros	594	931	594	931
Combustível	1.511	4	1.511	4
Terrenos (a)	16.151	-	16.151	-
Serviços (b)	15.415	1.176	15.415	1.176
Máquinas e equipamentos	863	363	863	363
Outros	2.682	818	2.682	818
	<b>37.216</b>	<b>3.292</b>	<b>37.216</b>	<b>3.292</b>

(a) Adiantamento referente à aquisição de terras situadas na área do Porto, cujo processo encontrava-se pendente da lavratura da escritura definitiva. A formalização da compra ocorreu em dezembro de 2025, momento em que foi efetuado o adiantamento.

(b) Adiantamentos efetuados a prestadores de serviços contratados para desenvolvimento de projetos, especialmente a para a execução das obras de implantação do novo berço ("Dolphins").

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 10. Investimentos

A Companhia possui os seguintes investimentos:

#### Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de junho de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções.

#### TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando à concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcas e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias.

#### Porto Sudeste V.M. S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto V.M. foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de *royalties* como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 15.

#### Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro gusa e subprodutos.

#### Movimentação dos investimentos

	2024	Equivalência patrimonial (*)	Aumento de capital	Efeito da conversão para reais	2025
Pedreira	20.895	456	-	(2.317)	19.034
TCS	34.702	(327)	500	(3.874)	31.001
Porto VM	96	(366)	600	(17)	313
	55.693	(237)	1.100	(6.208)	50.348

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora - Passivo a Descoberto					
	31/12/2024	Equivalência patrimonial (*)	Aumento de capital	Efeito da conversão para reais	31/12/2025
Porto Sudeste Exportação	(145.599)	(30.818)	-	(6.511)	(182.928)
	(145.599)	(30.818)	-	(6.511)	(182.928)

(\*) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial totalizando R\$31.055.

### Participações societárias e resumo das investidas

2025							
	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
Pedreira	99,98%	49.001	19.050	16	19.034	66	456
TCS	99,98%	3.447	2.558	-	2.558	-	(327)
Porto VM	100%	-	87.439	87.126	313	-	(366)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.350.403	1.533.331	(182.928)	5.983.702	(30.818)
2024							
	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
Pedreira	99,98%	49.001	21.181	286	20.895	260	(902)
TCS	99,98%	3.447	2.693	-	2.693	-	(368)
Porto VM	100%	-	95.950	95.854	96	-	(327)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.240.877	1.386.476	(145.599)	5.192.017	(17.327)

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 11. Imobilizado

	Consolidado						Total
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (*)	Edificações e benfeitorias	Outros	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>480.967</b>	<b>1.951.895</b>	<b>204.715</b>	<b>139.673</b>	<b>7.484.017</b>	<b>70.310</b>	<b>10.331.577</b>
Adições	8	9.743	10.839	107.642	-	14.652	142.884
Baixa	-	(767)	-	(4.050)	-	(13.653)	(18.470)
Transferências	52.101	97.107	-	(149.116)	-	(92)	-
Efeito da conversão para reais	(49.552)	(213.905)	(22.821)	(22.647)	(833.814)	(8.821)	(1.151.560)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>483.524</b>	<b>1.844.073</b>	<b>192.733</b>	<b>71.502</b>	<b>6.650.203</b>	<b>62.396</b>	<b>9.304.431</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(211.924)</b>	<b>(622.658)</b>	-	-	<b>(1.469.068)</b>	<b>(18.488)</b>	<b>(2.322.138)</b>
Depreciação no período	(67.848)	(127.676)	-	-	(135.127)	(3.391)	(334.042)
Baixa	-	767	-	-	-	13	780
Efeito da conversão para reais	24.575	70.464	-	-	165.264	2.095	262.398
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(255.197)</b>	<b>(679.103)</b>	-	-	<b>(1.438.931)</b>	<b>(19.771)</b>	<b>(2.393.002)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>228.327</b>	<b>1.164.970</b>	<b>192.733</b>	<b>71.502</b>	<b>5.211.272</b>	<b>42.625</b>	<b>6.911.429</b>
<b>Consolidado</b>							
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento	Edificações e benfeitorias	Outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>287.019</b>	<b>1.527.952</b>	<b>160.175</b>	<b>211.781</b>	<b>5.847.893</b>	<b>57.164</b>	<b>8.091.984</b>
Adições	1.000	5.883	-	53.129	-	13.118	73.130
Baixa	(791)	(60.437)	(112)	-	(114)	(4.115)	(65.569)
Transferências	89.899	68.622	-	(156.390)	3.512	(5.643)	-
Efeito da conversão para reais	103.840	409.875	44.652	31.153	1.632.726	9.786	2.232.032
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>480.967</b>	<b>1.951.895</b>	<b>204.715</b>	<b>139.673</b>	<b>7.484.017</b>	<b>70.310</b>	<b>10.331.577</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(125.534)</b>	<b>(448.888)</b>	-	-	<b>(1.031.155)</b>	<b>(17.614)</b>	<b>(1.623.191)</b>
Depreciação no período	(49.086)	(86.145)	-	-	(94.568)	(3.157)	(232.956)
Baixa	730	46.146	-	-	-	3.219	50.095
Efeito da conversão para reais	(38.034)	(133.771)	-	-	(343.345)	(936)	(516.086)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(211.924)</b>	<b>(622.658)</b>	-	-	<b>(1.469.068)</b>	<b>(18.488)</b>	<b>(2.322.138)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>269.043</b>	<b>1.329.237</b>	<b>204.715</b>	<b>139.673</b>	<b>6.014.949</b>	<b>51.822</b>	<b>8.009.439</b>

(\*) Em 2025, foram transferidos de imobilizado em andamento para instalações e máquinas a automatização das recuperadoras de minério, substituição de correias transportadora, recuperação do carregador dos navios e estrutura de finos. Os saldos pendentes de imobilizado em andamento constituem-se, principalmente, de investimentos realizados para construção do berço ("Dolphins"), reforço das estruturas das correias transportadoras e muros de contenção.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### Depreciação e amortização

É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens ou com base no volume produzido, como segue:

- Edificações e benfeitorias - 10 a 50 anos
- Instalações - 5 a 50 anos
- Máquinas e equipamentos - 1 a 30 anos
- Outros - 1 a 15 anos

### Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Em 2025, a Administração realizou uma avaliação a fim de determinar se existem indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável, e não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela unidade geradora de caixa ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,96%. Essas projeções baseiam-se no Plano de Negócios da Companhia, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços de *commodity*, entre outros.

A Administração avaliou os potenciais efeitos da Reforma Tributária do Consumo nas premissas utilizadas nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis, não tendo identificado impactos relevantes nas estimativas de fluxos de caixa ou no valor recuperável dos ativos.

## 12. Intangível

	<u>Licença portuária</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.414.859
Amortização	(92.393)
Efeito da conversão para reais	2.852.217
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>13.174.683</u>
Amortização	(168.928)
Efeito da conversão para reais	(1.466.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>11.539.361</u></u>

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

A autorização do operador portuário possui prazo de 50 anos, o que também é adotado como período de amortização para fins contábeis, considerando o volume projetado de operações para cada exercício. É importante destacar que o Porto Sudeste é um terminal privado e, portanto, não está sujeito às mesmas obrigações e atribuições aplicáveis aos terminais que operam sob regime de concessão.

### Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis com vida útil definida

Em 2025, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que a autorização poderia estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 11, a Administração não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis com vida útil definida.

A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,96%.

## 13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica (a)	<b>43.288</b>	38.021	<b>43.288</b>	38.021
Mineradores (b)	-	-	<b>98.283</b>	242.762
Frete ferroviário	-	-	<b>6.828</b>	22.438
Serviços (c)	<b>93.573</b>	38.668	<b>93.633</b>	38.936
Outros	<b>60</b>	1.183	<b>62</b>	1.183
	<b>136.921</b>	77.872	<b>242.094</b>	343.340
Circulante	<b>95.868</b>	77.872	<b>201.041</b>	343.340
Não circulante	<b>41.053</b>	-	<b>41.053</b>	-

- (a) Em abril de 2024, ocorreu o julgamento do Tema 986 pelo STJ que alterou entendimento consolidado neste tribunal, para autorizar a inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tustd) na base de cálculo do ICMS na fatura de energia elétrica, suportada pelo consumidor final, cativo ou livre, então, a Companhia decidiu por reconhecer o débito no montante acumulado de R\$32, valores estes pagos através de depósito judicial. Ressaltamos que o aludido tema poderá sofrer nova revisão, por ocasião do julgamento da ADI 7195 pelo STF, especialmente para o período de 07/2022 e competências subsequentes na vigência da Lei Complementar nº 194/2022.
- (b) Em 2025, a Companhia apresentou redução no saldo a pagar aos mineradores, em razão do menor volume de compras realizado no mês de dezembro de 2025, tendo em vista que parcela significativa das aquisições já havia sido antecipada por ocasião da entrega do minério.
- (c) Refere-se, principalmente, a contas a pagar a prestadores de serviços para execução das obras de implantação (projetos, dragagem, civis) do novo berço ("Dolphins") e reforço estrutural dos transportadores de correias.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 14. Empréstimos e financiamentos

#### Empréstimos por moeda

	Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contratos em dólares norte-americanos				
Principal	<b>999.084</b>	1.163.203	<b>3.102.203</b>	3.610.650
Encargos	<b>28.145</b>	16.402	<b>2.036.446</b>	1.973.225
Custo de transação	<b>(4.065)</b>	(4.574)	<b>(9.888)</b>	(14.759)
	<b>1.023.164</b>	1.175.031	<b>5.128.761</b>	5.569.116
Contratos em reais				
Principal	<b>28.404</b>	32.242	<b>1.486.491</b>	1.687.317
Encargos	<b>5.402</b>	9.728	-	-
Custo de transação	<b>(9.359)</b>	(10.533)	<b>(99.298)</b>	(123.385)
	<b>24.447</b>	31.437	<b>1.387.193</b>	1.563.932
	<b>1.047.611</b>	1.206.468	<b>6.515.954</b>	7.133.048

Grande parte do passivo circulante de contratos denominados em dólares norte-americanos refere-se aos contratos de ACC/ACE tomados junto aos credores Itaú, Citibank, ABC Brasil, BMG, entre outros, pela subsidiária Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A., para a realização da compra do minério de ferro a ser exportado. O restante do passivo circulante refere-se aos juros calculados de 16 de dezembro de 2025 até 31 de dezembro de 2025 dos contratos de financiamento seniores com os credores BNDES, Bradesco, Deutsche Bank, Natixis e BTG, cujos pagamentos vencem em 15 de março de 2026, bem como aos montantes previstos para amortizações de principal trimestrais da dívida sênior até dezembro de 2026.

Os contratos de financiamento seniores com os credores BNDES e Bradesco tem prazo de amortização de março de 2024 a dezembro de 2036, e Deutsche Bank, Natixis e BTG de março de 2024 a dezembro de 2029, tendo o período de carência de pagamento de principal aos credores *seniors* encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nesses contratos existe o dispositivo de *cash sweep* vigente e estipula que, no caso de geração de caixa positiva no trimestre, a Administração deverá distribuir parte do saldo gerado como pagamento de principal adicional aos credores seniores. Como estas amortizações estão condicionadas ao saldo futuro de caixa, sendo, portanto, um caixa ainda não realizado, as amortizações que eventualmente ocorrerem nos próximos 12 meses, neste contexto, não constam no passivo circulante da Companhia.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.222.010</b>	5.831.855	<b>8.339.516</b>	6.109.885
Captação	-	-	<b>3.690.892</b>	3.258.547
Juros apropriados	<b>445.812</b>	595.334	<b>548.188</b>	661.113
Amortização de principal	<b>(278.573)</b>	(160.923)	<b>(4.007.422)</b>	(2.775.218)
Amortização de juros	<b>(211.302)</b>	(234.640)	<b>(297.108)</b>	(291.902)
Amortização dos custos de transação	<b>8.300</b>	7.152	<b>8.300</b>	7.152
Variação Cambial / efeito de conversão da moeda funcional	<b>(608.495)</b>	1.183.232	<b>(718.801)</b>	1.369.939
<b>Saldo final</b>	<b>6.577.752</b>	7.222.010	<b>7.563.565</b>	8.339.516

### Empréstimos por credor

Banco	Dívida	Indexador/juros	Vencimento	Saldo em	
				31/12/2025	31/12/2024
BNDES	Sênior	5,51% e 4,51% a.a. + IPCA	15/12/2036	<b>575.363</b>	637.112
BNDES	Sênior	5,73% e 4,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	<b>311.507</b>	344.825
BNDES	Sênior	3,40% e 2,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	<b>164.313</b>	205.033
BNDES	Sênior	6,73% e 5,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	<b>305.284</b>	338.037
BNDES	Sênior	4,40% e 3,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2029	<b>163.831</b>	204.280
Deutsche Bank/Natixis/BTG	Subordinada	4,00% e 3,50% a.a. + SOFR 3 meses	15/06/2037	<b>440.831</b>	623.725
Bradesco/PAV Lux	Subordinada	4,75% a.a. + SOFR 6 meses	15/06/2037	<b>4.739.233</b>	5.014.889
BTG	Subordinada	-	-	-	7.358
Santander	ACC/ACE	-	-	-	87.518
Citibank	ACC/ACE	9,00% a 10,37% a.a.	24/02/2026	<b>382.469</b>	306.409
Daycoval	ACC/ACE	9,44% a.a.	27/01/2026	<b>16.290</b>	16.240
Itaú	ACC/ACE	8,88% a 9,29% a.a.	19/03/2026	<b>313.186</b>	342.067
ABC Brasil	ACC/ACE	8,00 % a 9,24% a.a	30/03/2026	<b>184.268</b>	170.076
C6	ACC/ACE	-	-	-	31.424
BMG	ACC/ACE	9,00% a.a.	04/01/2026	<b>55.836</b>	55.374
CCB	ACC/ACE	9,10% a.a.	02/01/2026	<b>33.764</b>	75.572
Pine	ACC/ACE	-	-	-	32.828
				<b>7.686.175</b>	8.492.767
Custos de transação				<b>(122.610)</b>	(153.251)
				<b>7.563.565</b>	8.339.516

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ano de vencimento		
Até 1 ano	1.061.035	1.221.575
De 2 a 3 anos	315.215	373.367
De 4 a 5 anos	326.400	145.822
Acima de 5 anos	5.983.525	6.752.003
	<b>7.686.175</b>	<b>8.492.767</b>
Custos de transação	(122.610)	(153.251)
	<b>7.563.565</b>	<b>8.339.516</b>

Em 31 de dezembro de 2025, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Dívidas em US\$ - até 7,0%	-	7.358
Dívidas em US\$ - acima de 7,0%	6.165.877	6.756.122
Dívidas em R\$ - 6,1% até 9,3%	328.144	409.312
Dívidas em R\$ - acima de 9,3%	1.192.154	1.319.975
	<b>7.686.175</b>	<b>8.492.767</b>
Custos de transação	(122.610)	(153.251)
	<b>7.563.565</b>	<b>8.339.516</b>

### Garantias e outras obrigações

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por instituições financeiras de primeira linha (fiança bancária), bem como também pelos acionistas controladores ("*Parent Company Guarantees*", "*Standby Letters of Credit*" e depósitos à vista), além da alienação fiduciária dos bens e do fluxo de caixa de recebíveis.

Considerando que nos contratos de financiamentos há obrigações financeiras e não financeiras a serem cumpridas, destacam-se: (a) utilização da estruturação "*waterfall*" de contas correntes; (b) após o período de carência, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em, no mínimo, 2 vezes o valor do último pagamento de serviço da dívida; (c) após atingimento do "*Completion*" Financeiro, manutenção do "*covenant*" de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,3 para os contratos de financiamento BNDES e Bradesco e acima de 1,15 para os contratos CESCE; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Os “*covenants*” foram atendidos em 31 de dezembro de 2025, considerando as regras dos contratos de financiamento vigentes junto ao Deutsche Bank, Natixis e BTG. A partir de julho de 2026, os “*covenants*” deverão ser atendidos considerando as regras dos contratos de financiamento junto ao BNDES e Bradesco.

### Efeito da conversão para reais

A taxa de câmbio do dólar norte-americano reduziu 11,14% no ano, passando de R\$6,1923/US\$ em 31 de dezembro de 2024 para R\$5,5024/US\$ em 31 de dezembro de 2025 impactando o saldo da dívida em dólares norte-americanos que em 31 de dezembro de 2025 representava 80,22% do endividamento total.

### Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fianças bancárias. Esses custos foram lançados como redutores do passivo e vêm sendo amortizados concomitante à liquidação dos empréstimos.

### Refinanciamento da Dívida Sênior

Em 14 de abril e 02 de junho de 2021, a Companhia finalizou o 2º refinanciamento das dívidas seniores relacionadas aos contratos de financiamento junto aos credores BNDES e Bradesco, e CESCE/Natixis/BTG, respectivamente. Estes refinanciamentos incluíram, entre outros: (a) atualização do indexador de TJLP para TLP/IPCA; (b) extensão do período de carência de principal até 31 de dezembro de 2023; (c) extensão do prazo de vencimento até 15 de dezembro de 2036 para os contratos BNDES e Bradesco, e até 15 de dezembro de 2029 para os contratos CESCE/Natixis/BTG; (d) alteração da periodicidade de pagamento de amortização e juros de mensal para trimestral; (e) alteração do cronograma de amortizações de constante para não linear; (f) manutenção do mecanismo de “*cash sweep*” nos mesmos termos durante o período de carência e com limitadores relacionados ao nível de alavancagem e cronograma pré-refinanciamento após o período de carência; e (g) atualização de certos indicadores e “*covenants*”.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 15. Títulos de remuneração variável (“royalties”)

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Delaware LLC (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o *ticker* MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“PORT11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos PORT11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”): um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos PORT11 - sendo que cada Título PORT11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”): uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos PORT11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, o Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem à Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos PORT11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Os detentores dos títulos PORT11 têm direito à remuneração variável trimestral, nos termos definidos na escritura de emissão dos Títulos PORT11 (“Royalties”), apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo Valor por Tonelada

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

onde:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada pelo Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas – Embarcadas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9	27,8
TMOOC	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7,1</b>	<b>9,5</b>	<b>10,7</b>	<b>16,4</b>	<b>18,7</b>	<b>17,8</b>	<b>17,5</b>	<b>26,1</b>	<b>21,9</b>	<b>27,8</b>

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

Se, em um determinado trimestre, mediante o pagamento da totalidade dos então *Royalties* correntes, o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até tal momento (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Porto Sudeste realizou os cálculos financeiros e identificou que houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *royalties* aos detentores dos Títulos PORT11.

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos PORT11 no passivo, com base no valor presente do fluxo de caixa projetado do pagamento dos *royalties*. Ou seja, o valor apresentado no balanço patrimonial é diferente do montante de *Royalties* Acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos PORT11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no passivo.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

A mensuração desses títulos PORT11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de custo do capital de 11,57% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços da *commodity*, entre outros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo Inicial (a)</b>	<b>22.485.186</b>	17.797.448	<b>22.485.186</b>	17.797.448
Pagamentos (b)	<b>(67.686)</b>	-	<b>(67.686)</b>	-
Ajuste a valor presente (c)	<b>2.268.811</b>	1.812.782	<b>2.268.811</b>	1.812.782
Efeitos de inflação (d)	<b>55.800</b>	-	<b>55.800</b>	-
Revisão de premissas (e)	<b>(1.856.187)</b>	(2.047.308)	<b>(1.856.187)</b>	(2.047.308)
Amortização de custos de emissão	<b>40</b>	-	<b>40</b>	-
Efeito de conversão (f)	<b>(2.457.182)</b>	4.922.264	<b>(2.457.182)</b>	4.922.264
<b>Total (g)</b>	<b>20.428.782</b>	22.485.186	<b>20.428.782</b>	22.485.186

- (a) Saldo Inicial de Royalties de US\$3.631.152 mil em 31 de dezembro de 2024, que convertidos para Reais totalizou R\$22.485.186 mil;
- (b) Total acumulado de pagamentos. Neste trimestre houve geração de caixa suficiente para pagamento dos Royalties aos detentores dos Títulos PORT11, mas o efetivo pagamento só ocorrerá em até 60 dias após o fim deste trimestre no montante de R\$ 18.516;
- (c) Atualização do saldo correspondente ao ajuste a valor presente dos títulos em 2025 no montante de US\$408.230 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$2.268.811 mil, registrados como despesa financeira;
- (d) Atualização do saldo correspondente aos efeitos nas projeções de US PPI dos títulos no montante de US\$9.571 mil em 2025, que convertidos para Reais totalizou R\$55.800 mil;
- (e) Alterações de premissas operacionais nas projeções que suportam o cálculo dos títulos impactaram seu valor em R\$1.856.187, que por sua vez foi registrado na rubrica de outras receitas. Este montante somado a outras despesas de R\$290 totalizam o saldo reportado de R\$1.856.477 na rubrica de outras receitas/despesas da Demonstrações de Resultados. O principal efeito de revisão de premissas refere-se à redução da expectativa de volume e preços de mercado para o ano de 2025, em relação ao que era esperado no início do ano;
- (f) A taxa de câmbio do dólar norte-americano reduziu 11,14% no ano, passando de R\$6,1923 em 31 de dezembro de 2024 para R\$5,5024 em 31 de dezembro de 2025.
- (g) Saldo final apurado em US\$3.712.704, que convertidos para Reais totalizou R\$20.428.782.

### Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$14.778 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$16.703 mil em 31 de dezembro de 2024), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 16. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ISS	<b>9.989</b>	6.380	<b>11.925</b>	10.095
INSS terceiros	<b>814</b>	561	<b>814</b>	561
ICMS	<b>2.798</b>	579	<b>2.798</b>	579
IRRF	<b>1.857</b>	1.466	<b>1.860</b>	1.466
PIS e COFINS	<b>15.146</b>	14.745	<b>15.269</b>	14.767
Outros	<b>269</b>	48	<b>1.774</b>	48
	<b>30.873</b>	23.779	<b>34.440</b>	27.516
Circulante	<b>17.496</b>	23.779	<b>21.063</b>	27.516
Não Circulante	<b>13.377</b>	-	<b>13.377</b>	-

### 17. Partes relacionadas

Os ativos, passivos, receitas e despesas com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Ativos</u>				
Mineração Morro do Ipê (a)	<b>864.401</b>	541.419	<b>1.013.682</b>	649.868
Trafigura PTE (b)	-	-	<b>385.563</b>	779.436
	<b>864.401</b>	541.419	<b>1.399.245</b>	1.429.304
<u>Passivos</u>				
Porto Sudeste Exportação (a)	<b>127.239</b>	42.806	-	-
Trafigura PTE (c)	<b>1.867</b>	7.450	<b>15.026</b>	11.238
	<b>129.106</b>	50.256	<b>15.026</b>	11.238
<u>Receitas</u>				
Trafigura PTE (b)	-	-	<b>5.983.702</b>	5.182.475
Mineração Morro do Ipê (a)	<b>341.723</b>	517.438	<b>341.723</b>	517.438
Porto Sudeste Exportação (a)	<b>719.958</b>	404.555	-	-
	<b>1.061.681</b>	921.993	<b>6.325.425</b>	5.699.913
<u>Despesas</u>				
Trafigura PTE (c)	<b>(971)</b>	(900)	<b>(23.177)</b>	(14.765)
	<b>(971)</b>	(900)	<b>(23.177)</b>	(14.765)

(a) Contratos de prestação de serviços portuários. No consolidado inclui pré-pagamento efetuado pela subsidiária Porto Sudeste Exportação à MMI para compra de minério de ferro.

(b) Contratos de venda de minério de ferro com parte relacionada no exterior, mantidos através de sua Controlada Porto Sudeste Exportação.

(c) Referem-se a penalidades (*demurrage*) devido a atrasos no embarque na disponibilidade da carga para exportação à Trafigura Pte.Ltd, cobrados por meio de notas de débitos, cujos pagamentos são realizados conforme acordado entre as partes, além de serviços de TI.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### Valores a receber da Mineração Morro do Ipê (“MMI”)

Os valores a receber da MMI referem-se à prestação de serviços portuários realizados pelo Porto Sudeste e encontram-se com aproximadamente dois anos de atraso, em função das restrições de caixa decorrentes do atraso do *ramp-up* da nova usina Tico-Tico. A nova usina de Tico-Tico é dedicada à produção de minério de ferro de alto teor destinado integralmente à exportação via Porto Sudeste. Os juros incidentes estão sendo calculados conforme previsto no contrato vigente de serviços portuários, com taxa média de 13% a.a. em 2025.

A conclusão da fase de *ramp-up* foi revisada e está prevista para 2028, momento em que está programado o início da liquidação desses saldos em aberto. Adicionalmente, foi realizado um aditamento no contrato de prestação de serviços portuários entre a MMI e PSB modificando a tarifa portuária e alterando a taxa de juros, de forma prospectiva, sobre o saldo em atraso em 31/12/2025, eliminando o spread de 10% a.a. então incidente sobre a SOFR. Ambas as mudanças passam a vigorar a partir de 01/01/2026.

Adicionalmente, conforme previsto no plano de negócios revisado e aprovado pelos acionistas, a MMI contará com suporte financeiro dos acionistas para investimentos em CAPEX e outras obrigações de curto prazo. A previsão conjunta entre as partes é de que a liquidação total dos valores ocorra em um prazo de cinco anos, com possibilidade de antecipação caso a geração de caixa operacional da MMI seja mais favorável do que o atual.

O incremento do saldo no consolidado refere-se a pré-pagamento efetuado pela subsidiária Porto Sudeste Exportação à MMI para compra de minério de ferro. Esses valores são renovados à medida que as entregas e exportações avançam mensalmente.

### Cronograma de pagamentos

	<u>2025</u>
Ano de vencimento	
Até 1 ano	-
De 2 a 3 anos	41.088
De 4 a 5 anos	581.411
Acima de 5 anos	241.902
	<u>864.401</u>

### Cessão e assunção de dívida

Conforme descrito na Nota 14, o Itaú Unibanco S/A - Nassau Branch cedeu todos os seus direitos e obrigações decorrentes de contrato de empréstimo para a PAV LUX S.À.R.L., empresa do Grupo Mubadala, controlador em conjunto da Companhia. Dessa forma, a PAV LUX S.À.R.L. passa a deter 46,41% do valor total deste contrato, ou seja, US\$399.707 equivalente a R\$2.199.351 em 31 de dezembro de 2025.

### Remuneração do pessoal-chave

A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no montante de R\$7.122 (R\$7.640

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

em 2024) refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2025.

### 18. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

A tabela abaixo demonstra os créditos fiscais diferidos, líquidos, não registrados, entretanto, contabilmente, considerando que a Companhia ainda se encontra em período de *ramp-up* e sem expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos diferidos ativos (passivos)				
Prejuízos fiscais	<b>1.838.849</b>	1.663.525	<b>1.891.829</b>	1.712.355
Base negativa de contribuição social	<b>661.986</b>	598.869	<b>681.059</b>	616.448
Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais	-	41.285	-	41.285
Amortização da licença	<b>175.323</b>	149.203	<b>175.323</b>	149.203
Atualização dos <i>royalties</i>	<b>482.978</b>	667.067	<b>482.978</b>	667.067
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	<b>(1.804.297)</b>	(2.666.836)	<b>(1.804.296)</b>	(2.669.308)
Variação cambial sobre os <i>royalties</i> e empréstimos (b)	<b>1.689.710</b>	2.801.693	<b>1.681.554</b>	2.791.421
Outros	<b>19.747</b>	10.495	<b>22.149</b>	9.299
Total de créditos fiscais diferidos ( <u>não registrados contabilmente</u> )	<b>3.064.296</b>	3.265.301	<b>3.130.596</b>	3.317.770

(a) Considerando que a moeda funcional da Companhia é o Dólar e, ainda, a valorização do Dólar comparada ao Real em 2024, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou significativamente inferior a respectiva base contábil, gerando, portanto, um passivo fiscal diferido.

(b) Embora a moeda funcional da Companhia seja o Dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### b) Conciliação da despesa calculada pelas alíquotas fiscais e valores no resultado do período

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	1.501	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.063.543	2.056.330	1.069.456	2.075.900
	<b>1.063.543</b>	<b>2.056.330</b>	<b>1.070.957</b>	<b>2.075.900</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(511.364)	57.238	(509.863)	57.238
Despesa (crédito) com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	(173.864)	19.461	(173.353)	19.461
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	5.573	19.570	-	-
Juros <i>Thin Cap</i>	97.202	91.381	97.202	91.381
Ajustes de conversão do balanço em moeda funcional	1.134.487	(2.186.945)	1.139.039	(2.186.945)
Outros	145	203	6.568	203
	<b>1.063.543</b>	<b>(2.056.330)</b>	<b>1.069.456</b>	<b>(2.075.900)</b>
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos (não registrados contabilmente)	(1.063.543)	2.056.330	(1.070.957)	2.075.900
Despesa na demonstração do resultado	-	-	1.501	-

## 19. Provisão para contingências

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contingências tributárias	6.712	6.424
Contingências trabalhistas	2.089	4.183
	<b>8.801</b>	<b>10.607</b>

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis, as quais foram provisionadas:

### a) Tributárias

Refere-se, principalmente, a embargos de terceiros apresentados pela Porto Sudeste do Brasil em desfavor do Governo Federal (União) para recuperar um investimento de renda fixa (CDB) perante o Banco Itaú, que foi penhorado por uma ação iniciada pela União contra a MMX. Tal CDB foi comprado pela Porto Sudeste em conformidade a um contrato de compra de terreno celebrado pela Porto Sudeste para servir como garantia e pagamento contingente. O valor provisionado desta causa monta em R\$6.712 (R\$ 6.424 em 2024).

### b) Trabalhistas

Provisões referentes a ações envolvendo ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviço através das quais pleiteiam-se verbas trabalhistas e previdenciárias diversas de 2015 a 2025, no montante atualizado de R\$2.089 (R\$4.183 em 2024).

## **Porto Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### *Causas possíveis*

Há 248 ações indenizatórias movidas contra a Porto Sudeste e outras quatro empresas que atuam na região por grupos de pescadores residentes na área da Baía de Sepetiba, pleiteando danos ambientais, em razão das fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021. Os processos foram distribuídos inicialmente para a 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Itaguaí e para o 4º Núcleo de Justiça Digital - Ambiental. Em resumo, os autores alegam que as atividades desenvolvidas pelas rés teriam causado danos ao meio ambiente, em especial à qualidade da água na Baía de Sepetiba, o que prejudicaria as atividades de pesca desempenhada por eles.

Cada pescador requer danos materiais e danos morais, além de outros pedidos ilícitos, tais como medidas de assistência comunitária e apoio à pesca. Em caso de decisão favorável aos autores, a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária entre todos os réus. O valor total das ações é de R\$158 milhões, considerando 5 ou 3 réus em cada ação, sendo de aproximadamente R\$40 milhões o valor equivalente a Porto Sudeste, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pelos autores na mesma proporção, o que não é garantido em razão da responsabilidade objetiva e solidária explicada acima.

Até o presente momento, foram proferidas 174 decisões favoráveis em primeira instância, montante que representa mais da metade dos casos existentes. Dentre essas decisões, apenas 23 foram proferidas sem resolução de mérito, com as demais sentenças reconhecendo, em sua totalidade, a improcedência dos pedidos formulados. No mérito dessas decisões, o juiz concluiu pelo reconhecimento da ausência de comprovação de degradação ambiental ou de prejuízos à atividade pesqueira causados pelas rés.

Atualmente, os autores estão recorrendo das sentenças favoráveis e esses recursos ainda estão, em sua maioria, em fase inicial, tendo julgados em segunda instância, de forma favorável, nove deles até o momento, reconhecendo que, além de não haver comprovação da condição de pescador por parte dos autores, também não foram comprovados danos às atividades de pesca.

Destacou-se, ainda, que existem pareceres técnicos do INEA juntados aos autos, os quais atestam a regularidade ambiental das atividades das rés, a existência de licenciamento ambiental vigente e a ausência de constatação de danos ambientais relevantes ou de influência negativa capaz de afetar a qualidade da água da Baía de Sepetiba.

O risco das ações ainda é classificado como “possível” pelos advogados externos, em razão do número muito inicial de confirmações em segunda instância até o momento.

Há também uma Ação Civil Pública ajuizada em maio de 2024 em face da Porto Sudeste e outras quatro empresas da região pela Colônia de Pescadores Z-14. Assim como nas ações

## **Porto Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

indenizatórias individuais movidas por pescadores, a associação autora pleiteia indenização por danos ambientais que teriam sido apurados durante as fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021. Requerem danos materiais no valor de R\$38 mil e danos morais de R\$20 mil para cada pescador associado, cuja estimativa é de aproximadamente 500 pescadores, então, o valor envolvido da ação poderá se aproximar de R\$37 milhões, no entanto, ao considerarmos 5 réus na ação, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pela associação autora na mesma proporção, o que não é garantido, o valor equivalente à PSB é de aproximadamente R\$7,5 milhões. Considerando que o processo está em fase inicial, já que a Porto Sudeste e as demais rés ainda não foram formalmente intimadas para responder ao processo, o risco foi classificado como “possível”.

Há ainda um Auto de Infração e Imposição de Multa referentes à lançamentos de ofício, lavrados em 03 de janeiro de 2023, por meio do Auditor Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual exige no âmbito do respectivo Procedimento Fiscal, o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, no montante de R\$7,8 milhões, e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), no montante de R\$2,8 milhões, ambas autuações relacionadas à supostos (i) omissões de receita decorrente de cancelamentos não comprovado de Notas Fiscais de vendas; e (ii) omissões de receita. Após a apresentação de impugnação administrativa, foi proferido acórdão que julgou parcialmente procedente para a empresa. Atualmente, aguarda-se a decisão do CARF em relação ao recurso voluntário interposto sobre o tema. O processo se encontra em análise pela contraparte e foi classificado pelos nossos advogados como “possível”.

Por fim, há também um procedimento arbitral instaurado em março de 2024 pela empresa Engeko contra o Porto Sudeste referente a realização de obras civis e drenagem de pátios. No curso da execução do contrato teriam surgido “diversas questões supervenientes” que supostamente teriam onerado a Engeko. O procedimento está em fase de produção de provas e o valor envolvido é de aproximadamente R\$10 milhões, o risco foi classificado como “possível”.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 20. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b><u>Tributários (a)</u></b>	<b>118.065</b>	96.060	<b>118.065</b>	96.060
Principal	<b>88.409</b>	73.363	<b>88.409</b>	73.363
Juros	<b>29.656</b>	22.697	<b>29.656</b>	22.697
<b><u>Cíveis</u></b>	-	-	<b>773</b>	608
Principal	-	-	<b>427</b>	407
Juros	-	-	<b>346</b>	201
<b><u>Trabalhistas</u></b>	<b>243</b>	257	<b>243</b>	280
Principal	<b>220</b>	256	<b>220</b>	280
Juros	<b>23</b>	1	<b>23</b>	-
	<b>118.308</b>	96.317	<b>119.081</b>	96.948

(a) Depósito em juízo mensal relativos à incidência do ICMS sobre as tarifas energéticas TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição de energia elétrica e TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia elétrica), pois, a Companhia com o auxílio dos assessores externos entende que esta tributação não é devida. Estes depósitos montam em R\$52 milhões.

Depósito judicial com o objetivo de discutir a não inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, assim como a ilegalidade dos pagamentos efetuados. A companhia realizou depósitos mensais conforme apuração para manter os valores resguardados, nos termos do art. 151, II, do CTN. Estes depósitos montam em R\$53 milhões.

### 21. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
PSA Fundo de Investimentos e Participações	<b>1.103.528.450</b>	<b>3.128.143</b>	<b>99,35</b>
Porto Sudeste Participações S.A. ("Grupo MMX")	<b>6.336.766</b>	<b>17.963</b>	<b>0,57</b>
Gaboard Participações Ltda.	<b>876.275</b>	<b>2.484</b>	<b>0,08</b>
Total	<b>1.110.741.491</b>	<b>3.148.590</b>	<b>100</b>

#### b) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil das variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos e resultado da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

### 22. Receita líquida de bens e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta prestação de serviço	<b>1.758.147</b>	1.153.234	<b>1.038.189</b>	748.762
Receita bruta venda minério de ferro	-	-	<b>5.983.702</b>	5.182.746
Receita bruta venda de brita	-	-	<b>90</b>	-
(-) Deduções sobre vendas				
ISS	<b>(87.094)</b>	(64.659)	<b>(87.094)</b>	(64.659)
PIS	<b>(27.040)</b>	(20.152)	<b>(27.040)</b>	(20.154)
ICMS	<b>(208)</b>	(18)	<b>(230)</b>	(99)
COFINS	<b>(124.551)</b>	(92.820)	<b>(124.554)</b>	(92.830)
Receita líquida	<b>1.519.254</b>	975.585	<b>6.783.063</b>	5.753.766

A Porto Sudeste do Brasil S.A. ("Companhia") controla integralmente a Porto Sudeste Exportação S.A. ("PSE"), empresa responsável pelas operações de exportação de minério de ferro. A tarifa portuária cobrada pela PSE é determinada com base na diferença entre o preço de exportação da carga e os demais custos incorridos para viabilizar o embarque do minério, incluindo custos operacionais, logísticos e tributários. No período de outubro de 2019 a junho de 2024 (4º trimestre de 2019 a 2º trimestre de 2024), a PSE incorreu em custos tributários relacionados às tarifas portuárias, os quais foram objeto de recuperação tributária realizada em janeiro de 2025. O valor total recuperado de aproximadamente R\$ 243 milhões, inicialmente registrado como outras receitas, foi integralmente convertido em tarifa portuária da PSE para a Companhia. Em decorrência dessa recuperação, a Companhia reconheceu, em fevereiro de 2025, receita de tarifa portuária no mesmo montante, correspondente ao valor retroativo dos encargos portuários pagos anteriormente pela PSE. Tendo em vista que se trata de operação entre partes relacionadas e eliminada no processo de consolidação, não houve impacto material nos resultados consolidados da Companhia.

### 23. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos (a)	-	-	<b>(5.401.183)</b>	(4.747.252)
Custos com materiais	<b>(85.693)</b>	(45.182)	<b>(85.864)</b>	(45.207)
IPTU e Seguro	<b>(24.054)</b>	(18.907)	<b>(24.054)</b>	(18.908)
Provisão ganho/(perda) estoque	-	-	<b>(16.677)</b>	9.386
Utilidade	<b>(35.759)</b>	(34.996)	<b>(35.759)</b>	(34.996)
Depreciação e amortização	<b>(501.483)</b>	(323.829)	<b>(501.493)</b>	(323.833)
Serviços com terceiros	<b>(170.753)</b>	(144.136)	<b>(171.030)</b>	(144.573)
<i>Demurrage</i>	-	-	<b>(24.148)</b>	(13.865)
Salários e encargos (b)	<b>(118.149)</b>	(96.964)	<b>(118.149)</b>	(96.972)
Outros	<b>(17.406)</b>	(15.082)	<b>(18.628)</b>	(17.916)
	<b>(953.297)</b>	(679.096)	<b>(6.396.985)</b>	(5.434.136)

(a) Refere-se substancialmente ao minério de ferro comprado para revenda mais custos diretos, tais como frete.

(b) Em 2025, foram reconhecidos os valores a pagar relativos ao Programa de Participação nos Resultados (PPR) referente ao exercício de 2024, após a aprovação dos acionistas. Além disso, mesmo diante dos desafios

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

enfrentados ao longo de 2025, houve melhora no desempenho operacional da Companhia, o que respaldou a decisão pela manutenção da provisão de PPR.

### 24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços com terceiros	(38.405)	(29.600)	(39.446)	(30.214)
Salários e encargos (a)	(53.530)	(28.988)	(53.567)	(29.009)
Manutenção e conservação	(6.370)	(4.504)	(6.370)	(5.037)
Depreciação e amortização	(1.477)	(1.514)	(1.477)	(1.516)
IP TU / Seguro	(2.595)	(2.498)	(2.802)	(2.702)
Outros	(3.741)	(3.948)	(4.003)	(5.571)
	<b>(106.118)</b>	<b>(71.052)</b>	<b>(107.665)</b>	<b>(74.049)</b>

(a) Em 2025, foram reconhecidos os valores a pagar relativos ao Programa de Participação nos Resultados (PPR) referente ao exercício de 2024, após a aprovação dos acionistas. Além disso, mesmo diante dos desafios enfrentados ao longo de 2025, houve melhora no desempenho operacional da Companhia, o que respaldou a decisão pela manutenção da provisão de PPR.

### 25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(445.812)	(595.334)	(548.188)	(661.113)
Juros parte relacionadas	-	-	(9.308)	(13.203)
Despesas sobre operações financeiras	(12.305)	(8.666)	(12.896)	(8.874)
Ajuste a valor presente sobre <i>royalties</i>	(2.268.811)	(1.812.782)	(2.268.811)	(1.812.782)
Comissão de Fiança	(21.956)	(30.339)	(21.956)	(30.339)
Efeitos inflacionários sobre <i>royalties</i>	(55.800)	-	(55.800)	-
Variação cambial (*)	(147.790)	(57.813)	(482.316)	(123.197)
Custo de Transação	(8.340)	(3.596)	(8.340)	(3.596)
Outros	(5.948)	(15.993)	(6.961)	(17.274)
	<b>(2.966.762)</b>	<b>(2.524.523)</b>	<b>(3.414.576)</b>	<b>(2.670.378)</b>
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1.232	696	17.596	11.642
Atualização depósito vinculado	19.539	6.620	19.539	6.620
Atualização depósito judicial	6.982	7.366	7.128	7.366
Juros parte relacionadas (Nota 17)	95.457	48.971	95.457	48.971
Variação cambial (*)	46.322	309.444	390.666	404.881
Outros	605	211	3.931	781
	<b>170.137</b>	<b>373.308</b>	<b>534.317</b>	<b>480.261</b>
Resultado financeiro líquido	<b>(2.796.625)</b>	<b>(2.151.215)</b>	<b>(2.880.259)</b>	<b>(2.190.117)</b>

(\*) O efeito de variação cambial no resultado refere-se substancialmente ao endividamento denominado em reais, considerando que a moeda funcional da Companhia passou a ser o dólar em janeiro de 2016.

### 26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e de *hedge* contratados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

Ativos financeiros	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (nível 2)	-	225.355	225.355	-	58.642	58.642
Contas a receber	1.328.846	-	1.328.846	1.312.941	-	1.312.941
	<b>1.328.846</b>	<b>225.355</b>	<b>1.554.201</b>	1.312.941	58.642	1.371.583

Os passivos financeiros consolidados são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

Passivos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	(242.094)	(343.340)
Empréstimos	(7.563.565)	(8.339.516)
Partes relacionadas	(15.026)	(11.238)
	<b>(7.820.685)</b>	<b>(8.694.094)</b>

### Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) é feita por meio de uma análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pela Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de risco relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até um ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

### Risco de mercado e financeiros

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

O Grupo possui operações de serviços portuários e minério de ferro. O preço médio anual do minério de ferro se manteve estável em 2025, em comparação a 2024, principalmente, pela economia global, que manteve a produção de aço e a demanda por minério de ferro. A Administração entende que a cotação do minério de ferro para o ano de 2025 é um risco inerente ao setor de commodities, que pode impactar os volumes e preços projetados no plano de negócios; entretanto, no longo prazo, a expectativa permanece de demanda e preço atrativos, uma vez que o aço é matéria-prima essencial ao sistema produtivo mundial.

### Risco cambial

A Companhia tem transações atreladas a moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos e financiamentos. Considerando que os contratos de embarque de minério serão negociados em Dólar, a Companhia possui um *hedge* natural, motivo pelo qual com o início das operações de sua Controladora, a Administração alterou a moeda funcional para o Dólar. Contudo, elevadas flutuações na taxa de câmbio podem gerar efeitos adversos nas demonstrações financeiras.

### Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das operações de serviços portuários.

### Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

## Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos de crédito abaixo descritos:

<u>Posições representativas do risco de crédito</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>225.355</b>	58.642
Contas a receber	<b>1.328.846</b>	1.312.941
	<b>1.554.201</b>	1.371.583

## 27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de US\$ 200,000, cobertura de responsabilidade civil geral de US\$ 200,000, cobertura de riscos ambientais de R\$75.000 e D&O no valor de R\$150.000.

<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>
Oscar Pekka Fahlgren - Presidente	Jayme Nicolato - Diretor-Presidente
William Kenneth Loughnan - Vice-Presidente	Guilherme Caiado - Diretor de Operações
Jesus Fernandez López - Conselheiro	Thiago Roldão - Diretor Financeiro
Kelly Michele Thomson - Conselheira	
Matthew James Hadfield - Conselheiro	
Leonardo Righi de Barros Cunha - Conselheiro	

Flávio Ary de Oliveira Silveira  
Contador CRC-MG 095.168/O-9